

CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

A apropriação do espaço público da Cidade Velha, Cabo Verde: o papel dos agentes políticos, das empresas turísticas e a manifestação de novas formas identitárias locais

Flávia Lenira Gomes Marques dos Santo
Universidade de Cabo Verde

Resumo: *Esta comunicação tem por objectivo reflectir sobre as formas de apropriação do espaço público da Cidade Velha, evidenciando-se o papel dos diferentes actores. Destaca-se a problematização da forma como esse espaço vem sendo apropriado ao longo dos tempos. Resulta dessa reflexão a constatação da manifestação de novas formas identitárias em contrapondo com os usos que se fazem do espaço que acaba por dar visibilidade pública.*

Palavras-Chave: Espaço Público, Cidade Velha, património cultural

Ao pretender reflectir sobre como vem sendo apropriado o espaço público da Cidade Velha por parte de diferentes actores, levando à manifestação de novas formas identitárias, faço uso dos contributos teóricos do Juergen Habermas do espaço público, por forma a entender como o espaço público da Cidade Velha acaba sendo mercantilizado, na acepção dos frankfurtianos, e moldado para o consumo cultural turístico, político e social, através de manifestações culturais que espetacularizam esse espaço.

Referindo-se às transformações e funções de uma categoria social burguesa que acompanhou todas as fases de mudanças políticas do capitalismo, no seu livro *Mudança estrutural da esfera pública* de 1962, Habermas analisa a esfera pública. Por um lado, as influências da Escola de Frankfurt delineavam a crítica da opinião pública de massa no respeitante a discussões da esfera pública sob influência das leis do mercado e do consumo de cultura. Por esta razão, Habermas é influenciado pelas questões que permeiam a indústria cultural, através da publicação da *Dialéctica do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer em 1947.

Conforme nos refere Habermas, na cultura de consumo continua a ser visível a inclinação para o debate público, contudo tudo se passa de forma enganadora. Florescem debates e fóruns de discussão tornando os bens culturais numa mercadoria.

Nessa obra fica assente que os princípios da esfera de debates foram corrompidos a partir do momento em que deixou de ser clara a divisão entre Estado e sociedade civil, ou seja, a dicotomia entre público versus privado, e que a imprensa passou a servir a interesses comerciais de particulares. O autor demonstra como é difícil identificar uma opinião pública, que não pode ser confundida a um somatório de opiniões particulares. É sim uma formação de consensos dada através de um debate em um espaço público mobilizado. Neste sentido, a crítica é dirigida aos meios de comunicação de massa, que ao publicitarem assuntos políticos de forma despolitizada, para fins de entretenimento, não contribuem para a formação de uma opinião pública e falsificam com esse nome juízos que não são debatidos racionalmente. Os *media* tornam-se assim o espaço em que se forja o real.

Segundo Habermas (2003:188), a correlação entre esfera pública e esfera privada está perturbada. Ela não está perturbada porque o metropolitano é per se homem de massa e, por isso, não tem mais senso para o cultivo da esfera privada, mas porque não lhe é mais possível ter uma visão global da vida cada vez mais complicada de toda a cidade de um modo tal que ela lhe seja pública.

Nessa obra, para Habermas a esfera pública sobrevive enquanto simulacro com funções de propaganda e carácter plebiscitário, que busca consensos ou a minimização de conflitos através de uma opinião não pública (que não é formada de modo racional ou através de discussões) ou quase pública (que não é formada por pessoas privadas que participam de um processo de racionalização pública, mas institucionalmente autorizada), que é demonstrativa e manipulativa e não serve à racionalização da dominação.

Parto assim da concepção de esfera pública trabalhada por Habermas em 1962, que a entende como “uma rede para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões, onde os problemas elaborados pelos sistema político encontram eco” (Habermas, 2003: 188), seguindo as propostas de Gomes (1997) ao referir que o conceito deve ser apreendido como um conceito normativo (baseado num modelo possível, ideal) e não descritivo (construído a partir dos fenómenos, da realidade concreta), já que ele contradiz as pré-disposições da sociedade contemporânea. Para Gomes (1997: 24), a esfera pública “comporta necessariamente uma quota de engajamento e disposição à argumentação em patamares conflituais”.

É o próprio Habermas que revê posteriormente as suas posições. Na sua 17ª edição de *Mudança estrutural da esfera pública*, redige um prefácio “O Espaço público, 30 anos depois”, onde realça a existência de uma pluralidade de esferas públicas concorrentes nos séculos XVIII e XIX e entre elas esferas públicas da cultura popular, que não são simples bastidores e meios passivos para uma cultura dominante, mas representam uma possibilidade de “revolta periodicamente recorrente” (Habermas, 1999: 10).

A partir desses contributos teóricos de Habermas, a presente comunicação começa por fazer uma incursão histórica da Cidade Velha para daí se passar ao contexto histórico da emergência do espaço público da Cidade Velha e a forma como vem sendo apropriado, assim como os usos que diferentes medidores fazem dele.

A historiografia oficial da Cidade Velha, antiga Ribeira Grande, é considerada gloriosa até ao período da decadência. Situada a 12 km da Cidade da Praia, foi a primeira capital eclesiástica e civil de Cabo Verde, sede do primeiro bispado da Costa Ocidental africana e a primeira construída, em 1462, pelos europeus na África Sub-sahariana.

Aquando da expansão Portuguesa, as ilhas de Cabo Verde são descobertas. A nível oficial é datado do ano de 1460. A primeira ilha a ser descoberta foi a de Sam Jacob (Santiago) cujo desembarque decorreu na Ribeira Grande.

D. Fernando, que recebeu em doação de seu irmão D. Alfonso, rei de Portugal, a ilha de Santiago, dividiu-a em duas capitânias, a parte meridional concedida a António da Noli e a setentrional a Diogo Afonso. As populações assim se agregaram em Ribeira Grande e Alcatrazes.

Por volta de 1462 Ribeira Grande começa a ser habitada por familiares de António da Noli e por alguns algarvios. Por serem poucas pessoas, a Coroa Portuguesa, em 1466, publica a Carta dos Privilégios. A partir dessa altura começa o povoamento. Nessa mesma altura é criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Para garantir o povoamento e a exploração da terra, chegaram os primeiros escravos da Guiné, que também foram transportados para outros países. O tráfico que aí se delineava era dirigido para as Canárias, Europa e Antilhas.

Decorria o ano de 1472 quando se publicou um documento que restringia o comércio de escravos, produtos e regalias dos habitantes, devido à “indisciplina comercial” que aí se instalava.

É construída em 1495 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a primeira igreja de culto cristão em África, tendo como finalidade a envogelização e a ordenação de padres locais.

A actual Cidade Velha era conhecida como Cidade de Santiago de Cabo Verde e foi elevada à categoria de cidade, capital da Diocese de Cabo Verde e Senhora da Guiné, em 31 de Janeiro de 1533, pelo Papa Clemente VII, a pedido do rei de Portugal, através da “Bula Pró Excellentí”.

A cidade foi implantada à volta de um vale que é atravessado por duas ribeiras que se unem num só curso de água, que lhe deu o nome de Ribeira Grande.

O desenvolvimento da Cidade procedeu-se graças ao próspero comércio de escravos, atingindo a fase mais próspera em meados do Século XVI. Dali os escravos e navegadores deslocavam-se para as plantações nas Américas, nomeadamente para o Brasil; para os Açores, Madeira, Caraíbas e Antilhas. Ribeira Grande constituía assim um ponto de passagem dos navios que faziam a travessia do Atlântico, adquirindo riquezas. Reza a história oficial que por lá passaram Vasco da Gama, em 1497, a caminho da Índia; Cristóvão Colombo, em 1498, na sua terceira viagem para as Américas; Pedro Álvares Cabral e Sebastião Dei Cano.

Defende-se que é na Ribeira Grande que nasceu o Homem crioulo, por ter sido o ponto de encontro dos primeiros europeus e negros da Costa Ocidental Africana que povoaram as ilhas. Daí o surgimento da população mestiça e do dialecto crioulo.

As construções da Cidade eram divididas em plataformas que por sua vez diferenciavam as zonas baixas e altas. No largo central destacavam-se os edifícios da igreja e do Hospital da Misericórdia, da Casa da Câmara e Cadeia (que desapareceram no tempo) e o Pelourinho.

Situavam-se nos quarteirões entre os cinco e dez metros as ruínas do Convento de São Francisco e a Plataforma de São Brás, onde os jesuítas se instalaram no século XVII. Entre os 20 e 100 metros situavam-se o Bairro de São Sebastião, as ruínas da Sé e o Palácio Episcopal. Acima dos 100 metros encontrava-se o Forte de São Filipe para defender a Cidade de ataques piratas.

Após ter adquirido grande prosperidade, a sua decadência dava sinais com a perda da sua posição de entreposto de escravos. Ribeira Grande começa a ser alvo de assaltos e saques de piratas e corsários. Esses factores - associados aos pântanos que se formavam na estação pluviosa, o que passou a provocar muitas doenças e os navegadores passaram a ter preferência pelo Porto da Praia de Santa Maria - conduziram ao seu abandono, no século XVIII.

Ribeira Grande entrou em decadência, foi abandonada e em 13 de Dezembro de 1769, a sede do Governo foi transferida para a vila da Praia. Em 1858 essa vila foi elevada à categoria de cidade capital do arquipélago.

Após a decadência e degradação das construções históricas, Cidade Velha foi votada ao esquecimento por parte das autoridades coloniais portuguesas. Estas deixaram que essas construções fossem degradando no tempo e pinchadas pela população local. A contribuir para a não sobrevivência de algumas das construções históricas juntam-se o facto de Cidade Velha ter sido atingida por temporais e pântanos que se formavam após as chuvas. A piorar a situação, já não se falava na Ribeira Grande. A nível público ficou a conotação de “Cidade Velha” em detrimento da nova Cidade que se erguia, a Cidade da Praia. O significado dessa cidade ficou nos poucos que por lá ficaram.

Conforme nos refere Freire (Lopes Filho, 2003, *apud* Freire), os bens patrimoniais de Cidade Velha “nunca beneficiaram de grande atenção por parte das autoridades coloniais portuguesas, no tocante à sua valorização e preservação”, devido ao abandono da Cidade. Contudo, na altura da passagem do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio do milénio da descoberta do arquipélago, nos anos 60, verificamos que surge um interesse em preservar algumas das construções históricas da Cidade Velha. Os restauros feitos na época

foram alvos de muitas críticas pelo facto de alguns dos traços mais originais dos monumentos terem sido alterados assim como o exagero em muitos restauros.

Somente após a independência as atenções voltam-se para Cidade Velha e para as questões do património, onde uma vez criado o Ministério de Educação e Cultura e posteriormente o Instituto Nacional de Cultura é que ao nível da imprensa escrita e radiofónica em Cabo Verde surgem discursos que mostram que há toda uma preocupação com as ruínas da Cidade Velha. A partir desta altura começaram a delinear algumas estratégias de intervenção e estudos para com esse património que ainda estava sendo mais debelado devido aos temporais com muita ventania que destruíram muitas casas e degradaram ainda mais as poucas ruínas que se encontravam de pé.

A imprensa escrita noticiava, no início dos anos 80, a perda de vestígios da época esclavagista, referindo-se às ruínas da Cidade Velha. Nessa década começou-se a aprofundar o debate sobre as questões do património cultural na imprensa escrita, aparecendo constantemente a ligação do património à identidade. Algumas acções são previstas para Cidade Velha. Surge um grupo de investigadores cabo-verdianos que debatem sobre a urgência da existência de um plano de emergência para a Cidade Velha, consolidando as ruínas existentes, pois o que ainda se mantinha foi transformado em estábulo de animais e latrinas públicas.

Começa a surgir a crítica aos trabalhos feitos na década de 60 onde os próprios investigadores cabo-verdianos, juntamente com políticos e instituições públicas, criticam o abandono de Cidade Velha por parte das autoridades portuguesas.

Como forma de contornar esta situação, previa-se tanto o levantamento como a recuperação de monumentos com interesse histórico-cultural. Para este efeito, contavam com apoio de algumas missões técnicas estrangeiras para Cidade Velha, destacando-se na altura o Instituto Português do Património Cultural - a elaboração do plano de emergência para Cidade Velha - que visava a consolidação das ruínas, a delimitação de zonas arqueológicas e a preservação de material histórico disperso.

O debate político a nível da imprensa acalentava um novo desafio em que começava a ser referida a questão de levar a UNESCO a declarar a Cidade Velha como um “Património Mundial em Perigo”, podendo assim reunir os avultados meios financeiros para a sua recuperação.

Novos sentidos estavam-se formando à volta da Cidade Velha. Os agentes políticos e os investigadores tiveram um papel importante nessa atribuição de novos sentidos. Nos últimos anos da década de 80 os discursos que se estavam formando seguiam a lógica de legitimação da candidatura a património da humanidade. Esses discursos vão perpassar toda a década de 90 e, posteriormente, até 2008. Começa-se a perceber o sentido utilitário nos discursos que se formam. Diferentes actores começam a se apropriar da Cidade Velha onde os interesses se diferenciam, criando espaços de contestação e de conflitos.

Dos discursos que se formam surgem algumas expressões padronizadas que reforçam a importância histórica de Cidade Velha como “berço da Nação e da cultura cabo-verdianas”, “símbolo que extravasa as estritas fronteiras nacionais, ganhando uma dimensão universal”, “legado nacional e um património cultural único no País e que não pertence apenas a Cabo Verde”. Essas expressões começaram a ser construídas nessa altura e ainda hoje são apontadas quando se pretende legitimar a candidatura de Cidade Velha a património mundial.

Outros intelectuais, entre eles Germano Almeida, começaram a levantar a questão da educação patrimonial para com Cidade Velha, no sentido de uma maior e melhor consciencialização das jovens gerações no que se refere às razões das resistências dos seus avós, como forma de levar a que a população local se interessasse por essas construções e com elas se identificasse, adestrando-lhe valor.

Cidade Velha ganha nessa altura grande visibilidade pública, onde em Junho de 1989 o arquitecto e consultor da UNESCO, Jean-Pierre Wiesorek, manifesta a intenção de inscrever a Cidade Velha na lista do património mundial e restaurar o sítio histórico. Para tal previa-se algumas garantias como a instalação de um escritório na Cidade Velha, com pessoas

incumbidas de sensibilizar a população, no sentido de não mais utilizar as pedras da Catedral e dos outros edifícios de valor arquitectónico e também ceder as pedras que já foram utilizadas nas construções das casas e instalar na zona um responsável para informar os moradores da Cidade Velha quanto à melhor maneira de construir as habitações.

Não é por acaso que surge diferentes apropriações de Cidade Velha. O debate se alastra não somente por Portugal, mas também por Espanha. Na apropriação de ambos os países, onde Portugal mais cedo mostrou interesse, que depois veio a se diluir, Cidade Velha é tida como um património comum, um património único que ultrapassa a dimensão nacional desses países e de Cabo Verde e que tem um valor universal. Se por um lado está-se a legitimar todo o discurso dos tempos áureos da navegação portuguesa e do domínio espanhol, por outro lado apela-se a uma história e passado comum que reforça os laços entre os países e acaba sendo as suas motivações para os apoios nos restauros e na pesquisa subaquática devido à existência de muitas embarcações naufragadas.

É no final da década de 80 que se começa a relacionar a recuperação das construções históricas com o interesse turístico, abrindo possibilidades de comércio e investimento na Cidade Velha. Por se estar numa altura em que se associa o turismo enquanto factor de desenvolvimento, a apropriação que agora se faz vai dar origem ao surgimento de um mercado patrimonial onde o património cultural de Cidade Velha começa a ser valorizado comercialmente.

Cidade Velha, no início dos anos 90 começa a despertar interesse em alguns investigadores e professores brasileiros que defendiam a sua participação na formação não só da nação brasileira, como de outras nações da América. Trava-se um debate sobre a sua universalidade que hoje é cada vez mais reforçado tanto por investigadores como por discursos do Estado.

O debate, ao alargar-se por outros países, dá mais visibilidade pública à Cidade Velha, onde esta passa a ser apropriada tanto para que se consiga apoios para os restauros que se pretendia, como reforça discursos sobre a identidade cabo-verdiana. Por outro lado, no início de 1990, Cidade Velha é apropriada com vista à sua inscrição na lista do Património Mundial. Ao se

pretender sensibilizar a UNESCO a declarar a Cidade Velha como património cultural em perigo, pretendia-se ter acesso a fundos que garantissem a salvaguarda e valorização dessa zona que era considerada histórica, assim como a salvaguarda de aspectos da vida da população, desde os económicos aos sociais, culturais e patrimoniais da Cidade Velha. Embora esse intento não tenha sido conseguido nos anos 90, tentou-se sensibilizar a população, fez-se um estudo prévio da arquitectura, o levantamento arqueológico e um plano director.

A nível do Governo de então tentou-se divulgar Cidade Velha, tanto para os nacionais como a nível internacional, onde os meios de comunicação social tiveram um papel preponderante. A nível educativo, pretendia-se tanto dar a conhecer a história da antiga Cidade da Ribeira Grande, realçando o seu papel na ligação dos povos e de culturas como a sua ligação a questões de identidade nacional. Como nos refere Touraine (1998:51) “os *media* emergem mais fortes na sua ligação quase estruturante com a definição dos territórios simbólicos que permitem a formulação destes novos tipos de afirmação identitária”. Parece que o debate sobre Cidade Velha se restringia à ilha de Santiago. Pelo restante das ilhas não se percebia se a sua atenção estava direccionada para o património cultural de Cidade Velha, o que se traduz a nível de questões de identidade nacional e reconhecimento histórico da Cidade Velha. O interesse desses agentes políticos apelava ainda a que a própria população denunciasse actos contra esses monumentos.

Nesse particular, Habermas (1990) define esfera pública política como sendo a caixa de ressonância na qual os problemas são percebidos, tematizados e dramatizados. Os movimentos de protesto, alimentados pelas reservas de racionalidade comunicativa, disputam visibilidade nessa esfera, tentando fazer com que suas reivindicações sejam identificadas como problemas e debatidas por públicos mais amplos do que os imediatamente envolvidos em suas questões.

Havia alguma pressão a nível da legitimação do sítio histórico da Cidade Velha. Desta forma, é criado o Decreto n.º 121/90, de 8 de Dezembro, que declara o sítio histórico da Cidade Velha património nacional de Cabo Verde, tendo em conta a sua importância como berço da cabo-verdianidade, o valor cultural e patrimonial desse sítio histórico, em geral, e das ruínas,

em particular, visando a salvaguarda dessas ruínas e do conjunto histórico aí existentes, apresentando um anexo com os limites do sítio.

Cidade Velha passa a ser visitada por grande número de arquitectos, arqueólogos, missões diplomáticas, investigadores, intelectuais, políticos e alguma movimentação de turistas que começaram a aparecer no início dos anos 90, onde os discursos que se formavam dirigiam-se para a ideia de Cidade Velha ser património de Cabo Verde, fazendo a ligação à identidade cabo-verdiana, querendo, com esses discursos, encontrar apoios para a recuperação dos monumentos e legitimar a candidatura a património mundial entregue em 1991. De facto, dessa divulgação cada vez maior que se fazia a nível dos meios de comunicação social, surge o interesse da Cooperação Espanhola que veio a fazer grandes intervenções nos monumentos.

Após a abertura política, no decorrer dos anos 90, deparamos com maior interesse político pelo Património Cultural. Nesta década, Cabo Verde passou a adoptar as normas da UNESCO no que diz respeito ao Património Cultural, onde se almejava para o futuro uma nova candidatura de Cidade Velha a Património Mundial.

Com vista à salvaguarda e preservação dos monumentos, em meados da década de 90 foram realizadas intervenções a fundo e a recuperação dos monumentos da Cidade Velha levadas a cabo pela Cooperação Portuguesa e posteriormente pela Cooperação Espanhola.

Nessa altura, havia um sentimento de desconforto na forma de actuação da Cooperação Portuguesa na Cidade Velha, que não concretizava os projectos. Por outro lado, a intervenção da Cooperação Espanhola era adjectivada com um sentido prático.

A partir desta altura, vemos posições dos dois partidos (PAICV e MPD) que alternaram no poder com pensamento direccionado para o turismo e a preservação e valorização do património cultural.

Na presente conjuntura, destacam-se na Cidade Velha algumas construções históricas, alvos de restauros, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1495), a Igreja e Convento de São Francisco (1640), as ruínas da Sé Catedral (1700), o Pelourinho ou “Picota”, que data do ano de 1512, constituindo uma memória da época escravagista em Cabo Verde e a Fortaleza Real de São Filipe (1591).

No entretanto, de alguns outros edifícios sobraram apenas poucas ruínas que passam despercebidas ao olhar de quem lá passa, algumas casas deterioradas, outras com fachadas sem pinturas, algumas ruas estreitas com pouca ou nenhuma iluminação, mas que os que por lá passam atribuem diferentes sentidos.

Em Fevereiro de 2005, a Sessão Plenária da Assembleia Nacional ficou marcada com a Proposta de Lei que devolve o Estatuto de Cidade a povoação de Cidade Velha, sede da Freguesia de Santíssimo Nome de Jesus. Na nota justificativa o Governo apelou a razões históricas, com ênfase na transferência do bispado para Praia e a elevação dessa vila a Cidade, sem contudo ter sido retirado o estatuto de cidade à antiga capital. Dessa forma, o debate que ali se travava dividia as opiniões pela Bancada da Situação (PAICV) e pela Oposição (MPD). Se o PAICV defendia que Cidade Velha é o reflexo da memória social e marca da nossa identidade, o MPD considerava que não era preciso uma proposta de lei porque Cidade Velha nunca perdeu esse estatuto. Aí, a Oposição considerava que o Governo queria dar o seu *Show-off*, fazer campanha em vésperas das eleições. Um Deputado do MPD questionou o facto de Cidade Velha ser o berço da nacionalidade pelo facto de outros já terem desenvolvido argumentos de que há outros berços da nacionalidade cabo-verdiana, numa outra ilha e espaço.

Ao participar nesse debate, o Governo apelou a um reconhecimento histórico da povoação da Cidade Velha para Cabo Verde e para toda a humanidade. Ao apontar razões históricas, políticas, indicou outras que têm a ver ainda com a promoção cultural da Cidade Velha e o desenvolvimento do turismo cultural, a atribuição do estatuto de património mundial e a vontade de que Cidade Velha seja integrada na rota dos escravos.

Já o Partido do Trabalho e da Solidariedade, que se encontrava na Oposição, questionava os impactos económicos e sociais dessa devolução do estatuto de cidade para Cidade Velha.

Na especialidade, alguns Deputados do MPD votaram contra a designação de ser Cidade de Santiago de Cabo Verde porque para além de ser vago, faz confusão com outras cidades da ilha de Santiago. Segundo explicaram, esse nome fazia sentido numa altura em que havia uma única cidade em Cabo Verde, a única na ilha de Santiago. Outros ainda referiram que o termo mais adequado não seria devolver o estatuto, mas sim repor esse estatuto.

Nessa mesma Sessão, foi aprovada a Proposta de Lei que cria o Município de Ribeira Grande de Santiago. No artigo 3º desta proposta de lei, “é proibida a construção de qualquer equipamento social ou habitacional no perímetro histórico da Cidade de Santiago de Cabo Verde, sem a competente autorização do departamento governamental responsável pela área da cultura, através do serviço de salvaguarda do património histórico”.

É de se destacar que pelo Decreto-Lei 22/2005, de 21 de Março, foi constituído o circuito turístico integrado da Cidade Velha que regula o regime de concessão da sua exploração, propiciando a sua manutenção e o desenvolvimento do turismo cultural, exploração essa que, conforme referida anteriormente, está a cargo da empresa Proim-tur.

O facto dessa manutenção estar a cargo de uma empresa espanhola, tem gerado contestações públicas e alguns conflitos com alguns moradores locais. Uns que se sentem explorados, activando repertórios da escravatura, na sua memória social, e outros reproduzindo o discurso do morador local que, após a concessão de licença para a empresa Proim-tur, foi retirada a exploração de um bar/restaurante. Por várias vezes os meios de comunicação social noticiaram esse conflito. A população divide-se em relação a essa retirada de exploração. Já o morador local encontrou como forma de protesto a colocação diária de cartazes escritos em português, francês e inglês que, ao fim e ao cabo, são dirigidos aos turistas que visitam Cidade Velha, sendo uma forma de dar-lhes a conhecer o conflito na concessão da licença de exploração do restaurante.

Surge nos meios de comunicação social várias notícias sobre Cidade Velha, à medida que se intensificava os preparativos para a candidatura a património mundial. Alguns documentários e reportagens retratavam os vários agentes que estavam intervindo nesse processo e a forma como Cidade Velha passa a ser apropriada. Essa maior visibilidade dá voz à população local que começa a participar neste debate, com o seu ponto de vista sobre as acções decorrentes.

A título de exemplo, o documentário de longa metragem, “Rua Banana Cidade Velha”, realizado pelo cabo-verdiano Mário Benvindo Cabral, em 2007, retrata o ponto de vista da população da Cidade Velha sobre os restauros ao património e a candidatura a Património Mundial, através de depoimentos e testemunhos. Se por um lado mostra a vida das pessoas que aí vivem e as suas aspirações, por outro, parte dos entrevistados contam histórias que valorizam Cidade Velha, enquanto que outros questionam a importância dessa candidatura para a população local, demonstrando o conflito de interesses nas questões patrimoniais entre o poder público e a população.

As intervenções públicas e das cooperações estrangeiras têm-se resumido à recuperação dos monumentos, de algumas casas e espaços tidos como históricos que, ao reafirmarem o próprio sistema, trazem associado a si novos e diferentes significados e posicionamentos por parte dos moradores locais, acarretando algumas situações de conflitos de interesses na recuperação de símbolos significativos para os locais.

Essa recuperação das construções históricas contribuiu para a transformação da paisagem da Cidade Velha, nomeadamente a agitação que tanto se procurava obter com a vinda e circulação de turistas.

Cidade Velha tem estado no centro do debate político e na imprensa nacional e internacional com a candidatura a património mundial da humanidade, cujo dossier começou a ser preparado em 2006 e apresentado em Janeiro de 2008, esperando-se o resultado para 2009, a ser decidido pelo Comité do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desejando-se equiparar à ilha de Moçambique, Gorée em Senegal, Casablanca em Marrocos, entre outros lugares considerados como

património cultural da humanidade. Este dossier encontra-se estruturado em quatro pontos que versam a vantagem do sítio, o processo de inscrição, argumentos e desafios que este sítio impõe ao Estado, como também à população.

Com essa candidatura, o espaço público de Cidade Velha passa a ser apropriado com vista a atrair o turismo internacional e a procura de apoios por parte de outros países para legitimar essa candidatura. O facto de se pretender candidatar Cidade Velha a património mundial impunha que os moradores limitassem as suas construções. A população local está apreensiva com as medidas arquitectónicas impostas, por exemplo a não ampliação de suas casas. Por outro lado algumas casas estão sendo alvos de restauro no sentido de recuperar as fachadas do estilo da época colonial e ainda colocação de telhas que foram substituídas por betão. Pretende-se com isso impedir que os locais façam construções de dois ou mais andares que vão contra o ambiente histórico que se quer criar e a política preconizada pelo organismo internacional, a UNESCO, que analisa as condições de candidatura a Património Mundial da Humanidade no local. Existe assim alguma tensão entre o desejo de construir mais casas e essa imposição, em contrapondo ao aumento do número dos membros da família.

Daqui se questiona as transformações na arquitectura tradicional local com o intuito de dar resposta à procura turística e consequentemente conforto ao turista, o que é concebido de forma diferenciada e alvo de conflitos e contestações por parte dos moradores locais.

Nesse processo, empresas turísticas como a Proim-tur, empresa turística de capital espanhol, que explora a manutenção e desenvolvimento do turismo cultural na Cidade Velha, assim como as agências de viagens da Praia que proporcionam excursões para Cidade Velha, iniciativas privadas, têm um papel determinante e têm-se apropriado dos recursos patrimoniais e das narrativas sobre a história de Cabo Verde, utilizando-os como produto a oferecer aos turistas, que vem sendo apropriados para o consumo cultural. Por forma a concretizar essa oferta, nos meios de comunicação social, na Internet principalmente, nos mais variados roteiros turísticos para Cabo Verde, Cidade Velha aparece enquanto mercadoria.

Já Adorno e Horkheimer (1947), embora alvos de críticas por terem uma abordagem pessimista, sustentavam a tese de que a indústria cultural transformou a cultura num produto comercializado e a ser consumido. Os autores utilizaram o conceito de indústria cultural em substituição do termo cultura de massas para designar a produção e difusão de bens simbólicos em escala industrial que, sendo um subsistema da sociedade capitalista, reproduz a ideologia e a sua estrutura. É assim a transformação da mercadoria em cultura e da cultura em mercadoria, devido à expansão das relações mercantis a todas as instâncias da vida humana.

Nesta perspectiva, para Rifkin (2000) o turismo é uma forma de mercantilização da experiência cultural. Essa mercantilização se manifesta, segundo Rifkin (2000: 184), na criação de “novos tipos de espaços, os espaços turísticos, destinados exclusivamente a serem objectos de visitas”. Isso acontece porque querem dar resposta aos anseios de turistas que crescem anualmente. Mas este processo não acontece isoladamente. Há toda uma reconstituição do que se oferece. Na perspectiva de Rifkin (2000: 184/185) “as reconstituições de tipo histórico ou natural, as cidades temáticas, as férias num ambiente autêntico são outras tantas consequências finais de uma indústria turística próspera que instalou a produção cultural no núcleo da actividade económica”.

Mesmo quando um turista não pode apropriar-se de um património cultural material, pode fazer fotografias e divulgar para outros. Esse comportamento leva a que constantemente alguns dos lugares mais significativos do património cultural de um país sejam assim transformados em zonas de acesso limitado, reservadas aos que possam pagar o luxo da experiência de uma cultura estrangeira (Rifkin, 2000). O turismo vai assim colonizando gradualmente o património cultural no seu conjunto, reduzindo-a a uma série de espaços mercantis fragmentados (Rifkin, 2000: 189).

Nota-se que o lócus da produção cultural no sistema capitalista é o mercado tanto de bens de consumo como de bens simbólicos, muito apreciado pelos turistas que se querem apropriar desses bens que são associados ao exótico. Produz-se assim símbolos no mercado do turismo através da comercialização do património cultural, com base na perspectiva de Sahlins (1979) ao se referir ao mercado de bens simbólicos, onde se produz símbolos.

Nos últimos tempos há todo um ressurgir da afirmação da Cidade Velha enquanto Património de Cabo Verde, onde estão sendo criadas estruturas de apoio ao turismo (bares, restaurantes, pensões, galerias de arte e artesanato), com base na candidatura a património mundial que se almeja e o aumento do fluxo turístico, dando assim resposta aos anseios políticos, identitários e de consumo turístico.

Algumas discussões remetem-nos para a dimensão económica do turismo em contraposição com a valorização cultural, pois o turismo, em aliança com o património cultural pode trazer rentabilidade económica, política e social, que vão desde contribuição para as receitas do Estado, criação de emprego e rendimentos, ganhos em moeda estrangeira. As abordagens de Pereiro, 2003, Ashworth, 1994 e Kirshenblatt-Gimblett, 2001, Dias, 2006, Branco, s.d, Talavera e Barreto, 1998, Alfonso, 2003, explicam como o património cultural é tido como um recurso turístico, chamando a atenção para os perigos da utilização turística do património cultural, quando serve ao turismo, devido à rentabilidade económica que se pretende aferir, assim como a mudança de elementos patrimoniais em função do turismo.

Todas essas mudanças acontecidas na Cidade Velha trazem associadas mudanças no significado patrimonial histórico de Cidade Velha, que está sendo mercantilizado para o turismo, onde as empresas turísticas têm um papel fundamental.

Os sentidos que se têm atribuído à Cidade Velha tem variado. Os fins patrimoniais, turísticos e identitários concorrem para a construção de um espaço público que vem sendo apropriado consoante interesses específicos que, ao fim e ao cabo, valorizam esse património, espectacularizando-o, procurando resultados económicos.

Nesse domínio, reforça-se a produção de discursos sobre o património em construção, uns mais hegemónicos, que é o caso da indústria turística e das empresas que promovem o turismo na região e por outro lado dos segmentos nacionais empoderados, nomeadamente do Governo e das elites intelectuais. Esses discursos seguem a lógica de legitimação da candidatura a património da humanidade. Na maioria desses discursos são veiculadas algumas expressões naturalizadas desde os anos 80, que apelam à história da Cidade Velha. Temos

ainda discursos da parte menos hegemónica, que é o da própria população, onde se percebe a exteriorização dos conflitos e das discórdias, os confrontos políticos e as diferenças nas opiniões daí emergentes.

Parece que o debate que se travou a nível da Cidade Velha tem concorrido para a afirmação histórica e identitária.

Os usos quotidianos da Cidade Velha têm sido influenciados pelas acções que aí se desenrolam, como pela constante presença de turistas e pelas imposições arquitectónicas, juntamente com medidas nas casas.

Cidade Velha tornou-se um espaço com grande visibilidade pública onde diferentes actores disputam a sua legitimidade, surgindo conflitos de interesses devido à diferença dos diferentes actores envolvidos nesse processo, onde as acções de cada parte atribuem diferentes sentidos aos espaços. Acaba sendo um espaço político da diferença, de contestação onde diferentes identidades se formam.

Algumas acções como fóruns, sessões de esclarecimento sobre a candidatura, conselho de Ministros, Conferências e Colóquios, Feiras, Comemorações sobre a vinda do Amistad a Cabo Verde, estudos, concursos que retratam a história de Cidade Velha, entre outros, atribuem novos significados à Cidade Velha, reforçando o sentido de pertença ao lugar, o que acaba por influenciar essas mesmas acções, que são noticiados pelos meios de comunicação social. Pretende-se claramente, com essas acções, dar visibilidade pública a Cidade Velha. O IPC, a antiga Comissão Instaladora do Município de Ribeira Grande de Santiago, que agora é Câmara Municipal, vêm desenvolvendo actividades culturais com grupos de batucadeiras, cantores do Município e outros de fora, feiras de produtos típicos de cada ilha, com palcos improvisados bem no largo do Pelourinho, que se demarca por ser o centro da Vila, tentando captar o público nacional e internacional.

Desta forma, cria-se uma nova imagem da Cidade Velha, imagem essa construída em estreita ligação com a transformação do património em mercadoria cultural.

Os espaços de convivência e encontro entre os moradores reportam-se a suas casas, casas de vizinhos e amigos, o largo do Pelourinho, a Rotunda e a via pública, as lojas, bares e quiosques, campos de futebol, praia de mar, instituições públicas, igreja, escola e zonas periféricas.

As sociabilidades que aí se desenvolvem parecem estar um pouco à margem da presença constante dos turistas. Esses espaços adquirem novos significados para os locais, onde as práticas sociais quotidianas continuam se desenvolvendo, contudo sendo apropriados por diferentes actores.

Se pela historiografia oficial o Pelourinho era tido como símbolo da justiça real e lugar de execução dessa mesma justiça, actualmente para os locais não passa de lugar de encontro, de socialização, de conversas sobre o quotidiano, dando novo significado a esses espaços. Contudo, a apropriação desse espaço muda na sua forma de legitimação para os actores políticos, estudiosos, empresas turísticas, onde esse espaço deveria ser preservado, pois representa o sofrimento dos escravos, o símbolo do poder, o tráfico negreiro, o mercado de escravos que se pretende espetacularizar e moldar para o consumo turístico, de lazer, querendo que seja reconhecido publicamente na sua singularidade e criando relações identitárias com esse espaço.

É deste modo que novas formas identitárias estão se manifestando, onde os vários intervenientes no processo de construção patrimonial de Cidade Velha têm estado a se posicionar de forma diferenciada em relação a Cidade Velha, atribuindo significados diferentes em determinados contextos económicos, sociais e políticos. No seio dos moradores locais gera-se e reproduz-se processos de identificação a partir do seu pertencimento a esse espaço, que é diferenciada.

Se, por um lado, a nível político Cidade Velha é considerada representativa do passado, para as empresas turistas ela é apropriada como algo que pode ser consumido. Já os moradores locais se interrogam sobre as mudanças que estão a acontecer nas suas vidas, onde os conflitos de interesses se resumem nos benefícios que todas as partes pretendem aferir, com

algumas possibilidades públicas de se estabelecer zonas de contacto e negociação. Em Habermas, a formação de opinião ocorre em diversas instâncias autónomas de debates e negociações entre actores societários, que têm importante papel reflexivo de produção de significados e construções de identidades. É essa forma de apropriação do património cultural que tem gerado versões das identidades e muitas vezes tem associada a si a sua rentabilidade social, económica, política e o aumento da qualidade de vida das populações.

Pereiro (2003) apela para o facto de que se a rentabilidade social do património cultural é importante, a rentabilidade política não o é menos, pois o património cultural tem-se convertido na “nova heráldica do poder”, daí também que, em princípio, seja gratuito e “aparentemente” de todos. A distinção e respeitabilidade da zona de destino turístico estão cada vez mais condicionadas pela valorização turística de recursos patrimoniais.

A conduta pública perante os turistas parece estar segmentada, pois entre os locais se uns são observados no seu quotidiano pelos turistas, outros parecem que nem se importam quando se lhes tiram fotografias sentados no Pelourinho ou à porta de entrada das suas casas, que são os seus lugares por excelência de sociabilidade, revelando certa separação entre os anfitriões e turistas, onde raramente se verificam interações. O turismo tem mudado esse quotidiano assim como a vivência do património. Esse património acaba sendo sempre uma construção, resultante de opções, escolhas e discursos construídos, negociados num campo sociopolítico cultural.

Algumas abordagens problematizam a questão do património cultural ser uma construção social (Prats, 1998, Pereiro, 2003), assim como os usos que se fazem dele e utilidades das activações patrimoniais, onde se percebe a ligação do conceito de património com a identidade (Gonçalves, 1988, Ballart, 1997). O património cultural representa assim uma cultura através de uma série de elementos, imagens e símbolos, onde mostra a identidade cultural de um grupo humano.

A apropriação pública de Cidade Velha por parte de diversas forças (políticas, locais, intelectuais, meios de comunicação social), atribuem valor e significado a bens culturais, que

não estão dotados de valor em si mesmo, mas que são identificados como seus, pelo entendimento histórico que se faz. São casos ilustrativos os vários discursos e usos que se fazem desse património que perpassam a questão da identidade local e a tentativa de construção da identidade nacional, motivado pela acção do turismo patrimonial, onde este é antes de tudo um bem simbólico com significados diferentes para os diversos grupos humanos envolvidos neste processo, pois os turistas procuram o exótico, o que reforça a produção de sinais diacríticos, produzindo objectos, performances e criando um novo mercado (o cultural e o turístico).

Conforme nos diz Rancière (1996), é na vida pública que as pessoas reafirmam suas diferenças e legitimam suas visões de mundo: o espaço público não se ergue na harmonia das falas, mas na comunicabilidade política do "desentendimento", da qual emergem diferentes inteligibilidades sobre fatos iguais, e torna factível a possibilidade democrática. Somente no âmbito da vida pública, e nunca na esfera privada, as pessoas compartilham ou disputam realidades, de onde aflora a condição humana da pluralidade, base da difícil convivência social e das relações de poder.

Bibliografia

ADORNO, Theodor Wiesengrund; **HORKHEIMER**, Max (1985), *Dialéctica do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Tra. Guido António de Almeida. Rio de Janeiro. Zahar Editor

BENJAMIN, Walter (1980), A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: Os pensadores: Textos escolhidos, Walter Benjamim, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas, trad. José Lino Grunnewald, São Paulo: Abril Cultural

DIAS, Reinaldo (2006), *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. 1. ed. São Paulo: Saraiva

GOMES, Wilson (1997), Com Habermas, contra Habermas. In: Anais do VI Encontro anual da Compós, São Leopoldo: Unisinos

- GONÇALVES**, José Reinaldo (1988), “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimónios culturais”, in *Estudos Históricos*, vol. 1, n.º 2, Rio de Janeiro
- HABERMAS**, Jürgen (1997), *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____ (1990), *Écrits politiques: Culture, droit et histoire*. Trad. Christian Bouchindhomme et Rainer Rochlitz. Paris: Les Éditions du Cerf
- _____ (2003), *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
- _____ (1999), “O Espaço Público” 30 anos depois. In: *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, ano VII, nº12. Rio de Janeiro
- _____ (1997), *Teoría de la acción comunicativa : complementos y estudios previos*. Madrid: Cátedra
- HERZFELD**, Michael (1991) *A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretan Town*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- LAYNE**, Linda L. (1994), “Rethinking collective identity”, in *Home and homeland: the dialogics of tribal and national identities in Jordan*. Princeton, UP
- LOPES FILHO**, João (2003), *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Cabo Verde: Instituto Superior de Educação
- PERALTA**, Elsa (s.d), *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*, I.S.C.S.P., Universidade Técnica de Lisboa
- PEREIRA**, Daniel A. (2004), *A Importância Histórica da Cidade Velha* (Ilha de Santiago – Cabo Verde), São Paulo, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
- PEREIRO**, Xerardo (2003), *Apontamentos de Turismo Cultural 2003-2004*.
- PRATS**, Llorenç (1997), *Antropologia e Património*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A
- RANCIÈRE**, Jacques (1996), *O desentendimento*. São Paulo, Editora 34
- RUDIGER**, Francisco (1999), *Premissas da crítica à indústria cultural*. In *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade. Adorno e a Escola de Frankfurt*. Porto Alegre: Edipucrs

SAHLINS, Marshall (1979), *Cultura e Razão Prática* . Rio de Janeiro, Zahar Editores

TOURAINE, A. (1998), *Iguais e Diferentes*, Lisboa, Piaget.